



# O RACISMO LINGUÍSTICO COMO BASE DA LÍNGUA PORTUGUESA

---

LINGUISTIC RACISM AS THE BASIS OF THE PORTUGUESE  
LANGUAGE

Apolo Vincent Oliveira<sup>1</sup>  
*Universidade Federal de Santa Catarina*

Denise Maria Botelho<sup>2</sup>  
*Universidade Federal Rural de Pernambuco*

**Resumo:** O presente artigo consiste em investigar a relação entre as estruturas formais da língua portuguesa e uma política de formação da consciência racial brasileira. Para tanto, o aspecto linguístico é analisado através de um comparativo entre formas gramaticais da língua portuguesa e da língua inglesa. Com o auxílio da perspectiva da língua enquanto objeto vivo (ILARI, 2006), os estudos sobre assujeitamento (Butler, 2017) são apresentados como elementares para construção do aspecto etnolinguístico das línguas sob análise. As análises linguísticas, alinhadas ao pensamento étnico-dissidente, apontam para a existência de uma relação entre as estruturas formais da língua portuguesa e o racismo linguístico, estabelecida enquanto política racial de base da língua portuguesa.

Palavras-chave: *Racismo; Linguísticas; Racialidade.*

**Abstract:** This article consists on investigating the link between the formal structures of the Portuguese language and the formation of the Brazilian racial awareness political system. Therefore, the linguistic aspect is analyzed through a comparison between the grammatical forms of Portuguese and English. With the aid of the perspective of language as a living object (ILARI, 2006), studies on assujettissement (Butler, 2017) are presented as elementary for the construction of the ethnolinguistic aspect of the languages under analysis. Linguistic analyses, aligned with ethnic-dissident thinking, point to the existence of a relationship between the formal structures

---

<sup>1</sup> E-mail: polinhoapl@gmail.com.

<sup>2</sup> E-mail: mulhernegra@gmail.com.

of the Portuguese language and linguistic racism, established as a basic racial policy for the Portuguese language.

Keywords: *Racism; Linguistics; Raciality.*

## INTRODUÇÃO

Dentro das ciências linguísticas, a discussão acerca do racismo linguístico vem sendo construída com maior atuação na contemporaneidade. Tecer argumentos a respeito de uma etnolinguística, campo em construção, parece sempre, cientificamente, arriscado de se fazer. Entretanto, essa é uma dificuldade que marca os estudos sobre etnicidade, espaço científico em que o conhecimento é confrontado pela instituição da narrativa hegemônica ocidental.

As contribuições realizadas nesse trabalho são realizadas através da análise comparativa de construções morfológicas utilizadas entre as línguas inglesa e portuguesa. A investigação da língua enquanto objeto vivo, possibilita a compreensão de “processos de evolução linguística” que podem “ser vistos em ação, e onde poderia ser captado o papel das forças psicológicas que estão na base do funcionamento e da evolução das línguas” (Ilari, 2006, p. 19).

Os dados analisados servem para tecer reflexões acerca da influência morfológica na construção sociolinguística e etnolinguística da língua portuguesa. As comparações entre as formas do inglês e português ajudam também na reflexão acerca da construção de sentidos que são dialogados através do “*assujettissement*” (Butler, 2017, p. 40) linguístico, este que define posição de subalternidade à língua portuguesa, ante a língua inglesa.

O caminho metodológico de análise comparativa de construções morfológicas, entre as línguas portuguesa e inglesa, foi essencial para o recolhimento de dados acerca do racismo linguístico, e para a construção de dados sobre as representações etnolinguísticas das análises. Por meio do levantamento linguístico, o método comparatista contribui para o

aprofundamento acerca do “culturalismo racialista” (Nascimento, 2020, p. 1) interno à língua na generificação das identidades, segundo os dados reunidos e analisados nesse artigo.

Compreender os espaços-territórios da fala é de suma importância para obter resultados acerca de uma negrolinguística<sup>3</sup>. As representações linguísticas minoritárias são dialogadas através de reflexões e interpretações das próprias experiências inferidas linguisticamente. O sujeito percebe-se falante e falado, a língua narra seus sujeitos.

No contexto da língua portuguesa, porém, o marco temporal colonialidade narra aos seus indivíduos inseridos nessa temporalidade e os situam em posições de sujeitos linguísticos. A tese do marco temporal é, comumente, defendida por indígenas no contexto brasileiro, contra a “tese que restringe o direito dos povos originários à demarcação de suas terras” (Tapajós; Castro, 2023, p. 0). No entanto, além disso, o marco temporal é um problema, necessariamente, relacionado à chegada dos portugueses ao Brasil, o colonialismo, e os desdobramentos políticos da inserção do colonialismo nos países da integração da lusofonia afro-brasileira.

Graças à economia da língua, o conhecimento linguístico é estimulado espontaneamente, e ganha vida axiomática na compreensão das origens do conhecimento humano; da inteligibilidade dos objetos; das classes e das experiências. No exercício social de mercantilização da linguagem, porém, os falantes imersos nessas dinâmicas têm mercantilizadas também suas cognições.

---

<sup>3</sup> A negrolinguística está sendo pensada enquanto produção de conhecimento linguístico racial localizado. Refletir as bases ocidentais da língua portuguesa tem o objetivo de resgatar antecedentes linguísticos suprimidos no processo de evolução da língua portuguesa, ao longo de sua formação histórica. Essa discussão, porém, costuma ser negada dentro do espaço linguístico-acadêmico. Por esse motivo, introduzir a negrolinguística como iniciativa é pontual no contexto brasileiro, pois perpassa um certo caráter inaugural de reflexões sobre experiências negras abstraídas nos registros de formalidades comumente tidas enquanto “inalteráveis”, no padrão teórico da gramática de língua portuguesa.

Este aspecto torna a compreensão do racismo linguístico, atrelado às condições estruturais da língua, desafiadora, pois as generificações raciais das línguas são transformadas em verdades linguísticas. No entanto, “reconhecer as maneiras como hegemonia é instaurada e mantida no momento semiótico das práticas sociais pode ser um caminho para a superação das relações assimétricas de poder sustentadas em (redes de) práticas” (Resende; Ramalho, 2004, p. 198).

Como a linguagem constrói significados? Como sustenta o diálogo entre participantes de modo a permitir que eles construam uma cultura de significados compartilhados e interpretem o mundo de maneira semelhante? A linguagem é capaz de fazer isso porque ela opera como um sistema representacional. Na linguagem, fazemos uso dos signos e dos símbolos (...). O sentido é também produzido em uma variedade de mídias; especialmente, nos dias de hoje, na moderna mídia de massa, nos sistemas de comunicação global, de tecnologia complexa, que fazem sentidos circularem entre diferentes culturas numa velocidade e escala até então desconhecidas na história (Hall, 2016, p. 18-22).

O sistema representacional da linguagem é de grande funcionalidade, pois imprime na linguagem sentidos que são superiores à própria língua. Entre os sistemas linguísticos, em suas diversidades de formas gramaticais, são construídas perspectivas e visões populares. Com a introdução da língua portuguesa nos países da lusofonia afro-brasileira, o aspecto racial passou a ser dialogado com os sistemas representacionais da língua. Pequenas unidades significativas se amparam em raízes da dominação linguística e expressam, além de aspectos morfológicos, sentidos morfo-etno-lógicos de desenvolvimentos gramaticais. Estes, orientam a identificação de evidências do racismo linguístico como base da língua portuguesa.

## 1 DESENVOLVIMENTO

A dominação colonial através das línguas instituiu o funcionamento de relações linguísticas, em que as gramáticas dialogam umas com as outras, através

do poder da oficialidade das línguas. O “dialogismo” (Bakhtin, 1997, p. 346) da linguagem é responsável por sistemas de políticas linguísticas organizadas em práticas discursivas culturais, entre as diferentes comunidades de falantes. A partir da dinâmica dialógica “relação (de sentido) que se estabelece entre enunciados na comunicação verbal” (Bakhtin, 1997, p. 346), a possibilidade de compartilhamento de representações é estabelecida entre diferentes comunidades linguísticas.

O sistema comunicacional estabelece diálogos entre as culturas, na formação de pensamento e do tradicionalismo de práticas. Além de organizações jurídicas em torno da linguística, os enlaces linguísticos de ordem discursiva, formam, estrategicamente, um conjunto de práticas linguísticas populares, comuns aos falantes. A contestação de autonomia e “arbitrariedade” (Saussure, 2004, p. 82) linguística, por sua vez, concede sentidos tendenciosos aos compartilhamentos da língua, absorvida dialogicamente e agregada às representações culturais das identidades na sociedade.

Através da força do dialogismo das práticas discursivas, o “culturalismo racista” (Nascimento, 2020, p. 1) da generificação das identidades também é dialogado, discursivamente, nas gramáticas locais, e somadas a um conjunto de traduções de representações linguísticas raciais. O mecanismo das traduções é um dos proponentes às relações econômicas entre sujeito e linguagem e, por meio deste, são geradas modelagens de significados locais, historicamente e sociolinguisticamente fortalecidos.

Nesta interação, portanto, os próprios falantes são modificados juntos às suas narrativas, diante das condições linguísticas normativas da língua portuguesa. “Não estamos falando de um projeto neutro” (Nascimento, 2023, p. 15), quando em pauta os enlaces do funcionamento linguístico ocidental. O caráter de formação social do assujeitamento linguístico, essa inferiorização de línguas coloniais quando deslocadas de seu contexto de origem, sobressai a

esfera de circulação acadêmica, e chega até as camadas sociais mais populares, através de falas, textos, mídias televisivas, etc.

A difusão sistemática do conhecimento, por meio do dialogismo discursivo de traduções, cria representações da linguagem, ao que modelos culturais, representatividades e padrões de normatividade são endossados. Baseada nas funções políticas das línguas coloniais – enquanto línguas estruturantes do monolinguismo e de tradições discursivas permeadas nas sociedades – a difusão discursiva de conhecimentos é parte do projeto de representações da linguagem, pois o dialogismo do discurso é fundamental para o firmamento das línguas e seus respectivos status de subalternidade associada aos seus falantes.

Portanto, a existência da plasticidade dos significados que circulam entre as línguas, se sobrepõe à comunicação entre os falantes, e permite ao interlocutor ser convencido pelo aspecto da “aquisição cultural da língua”, sobre uma autoridade gramatical das línguas. Primeiro, o falante compreende-se inserido em um sistema linguístico que lhe é completamente anterior. Segundo, o falante compreende-se condicionado ao funcionamento da sua língua que está também situada linguisticamente dentre as línguas.

O estabelecimento do monolinguismo implica na ideia tácita de ranqueamento local da língua portuguesa oficializada. O situamento do falante, através do seu reconhecimento pela linguagem, no entanto, é inteiramente atravessado por noções internas ao sistema linguístico, nacional e internacional. A condição de dominação linguística da língua portuguesa impõe subalternidade ao falante luso-afro-diaspórico<sup>4</sup>, convocado por inscrições do assujeitamento à

---

<sup>4</sup> Luso-afro-diaspórico é um neologismo criado para abarcar a experiência de pessoas negras falantes de língua portuguesa nos contextos dos países dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), e brasileiro, na contemporaneidade. Fazem parte dos PALOP os seguintes países: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Além dos PALOP, e o Brasil também é um dos contextos de presença luso-afro-diaspórica.

linguística, e através da operacionalidade da língua enquanto sistema de funcionamento social, são conferidas perceptividades e identidades aos falantes.

Neste contexto afro-diaspórico contemporâneo da lusofonia, o exercício de controle cognitivo de falantes colonizados é muito mais eficaz e fácil de ser praticado. Além da ideia de controle praticado pelo estabelecimento de unidades linguísticas, em que a assimilação cultural é fortalecida, o controle cognitivo é realizado por “uma série de arquétipos de branqueamento” (Nascimento, 2023, p. 3) e “performatividades” (Butler, 2003, p. 48) abstraídos dos usos formais da linguagem.

O assujeitamento linguístico à linguística portuguesa é estabelecido, entre as diversas comunidades linguísticas, através de diferentes mecanismos na linguagem. A ausência do fortalecimento de raízes linguísticas afro-indígenas e étnico-originárias brasileiras é uma das colaboradoras no assujeitamento linguístico dos brasileiros falantes do português. Outro agente funcional na operacionalização do sistema linguístico são as tradicionais formas de gênero, encontradas em “classes formais do português brasileiro” (Alcântara, 2010, p. 5). Pois, é mais fácil a memorização das narrativas linguísticas do que a sóbria noção que as subtrai à análise subjetiva das identidades, linguisticamente localizáveis em classes formais da língua.

Apesar da consideração das classes formais da morfologia do português brasileiro, popularmente conhecidas como marcações de gênero da língua, parecer ser uma questão, estritamente, de gênero, o estudo das classes formais do português é importante também para a reflexão sobre a construção de uma estética racial brasileira. A dominação lusófona instituiu a gramática normativa da língua portuguesa no Brasil. Por esse motivo, o reconhecimento do português e da consciência de pertencimentos orientados pela língua estão implicados no apagamento étnico e identitário, presentes nas morfologias da língua portuguesa.

O aspecto morfológico formal do português não orienta apenas a “falar como um livro” ou “falar como um branco” (Fanon, 2008, p. 36), mas também abarca em si o apagamento de reconhecimentos morfológicos étnico-raciais linguisticamente não-normativos, com base em “matrizes linguístico-ideológicas coloniais” (Lima; Rezende, 2022, p. 16). Experiências linguísticas contra hegemônicas estão presentes em memórias de corporalidades diaspóricas – senão as assimiladas ao modelo estrutural da língua portuguesa, em suas designações e compreensões morfológicas a serviço da mercantilização humana do escravagismo e das dominações.

As línguas, tradicionalmente, expressam verdades do colonialismo<sup>5</sup> em suas morfologias, seus significados objetivos e pragmáticos e os diferentes processos de assujeitamento linguístico, pois “o racismo é um construto implícito e explícito na estrutura do mundo moderno” (Nascimento, 2023, p. 2). No contexto da língua inglesa, a ausência da marcação de gênero em classes formais da língua, por exemplo, concede outra potencialidade aos indicadores de racialidade, reivindicados na língua.

A diferença gramatical das classes formais da morfologia do português brasileiro, por sua vez, é atravessada por filtros de autoridades locais que situam *loci* linguísticos<sup>6</sup> aos falantes, definidos linguisticamente e identificados. Esses *loci* linguísticos estão alinhados com a “ficção linguística”, que é “indicativa da invenção, por parte dos pensadores ocidentais, das categorias gramaticais” (Carvalho, 2020, p. 16). Para ser possível a verificação do processo de “subjetivação da apropriação neoliberal da linguagem” (Park, 2021, p. 22,

---

<sup>5</sup> O colonialismo é inserido na presente discussão como ideologia operante na consciência acerca do funcionamento linguístico na lusofonia afro-brasileira contemporânea.

<sup>6</sup> *Loci* linguísticos refere-se aos locais estruturados da língua na subjetivação da consciência de falantes da lusofonia afro-brasileira. *Loci* é a forma plural de *locus*, que em Latim refere-se a lugares. Portanto, está sendo refletido lugares linguísticos no processo de subjetivação das identidades luso-afro-diaspóricas.



tradução nossa) que está sendo ponderado, foi elaborado um quadro comparativo entre algumas formas linguísticas tradicionais das línguas inglesa e portuguesa.

Esse comparativo foi levantado com o intuito de analisar a presença recorrente de dicotomias na língua portuguesa, em traduções de formas unívocas, apresentadas em construções da língua inglesa, e identificar a influência desse fato na noção de pertencimento racial, através da compreensão morfológica e dialogismo linguístico das traduções de sentidos entre as línguas. Apesar dessas distinções interlinguísticas serem populares entre as línguas portuguesa e inglesa, é raro tê-las associadas a uma política linguístico-racial.

Quadro 1.

<b>Formas no Português</b>	<b>Formas no inglês</b>
1 Uma; um	<i>One</i>
2 Umas; uns	<i>Some</i>
3 Este; esta	<i>This</i>
4 Minha; meu	<i>My</i>
5 Aquela; aquele	<i>That</i>
6 Amiga; amigo	<i>Friend</i>
7 Preto; preta	<i>Black</i>

Fonte: elaborado pelos autores

A ligação direta entre o colonialismo e as formações gramaticais codifica o mundo ao ser, através da linguagem, bem como codifica o ser na linguagem. Por meio dos sistemas linguísticos adquiridos, via assujeitamento gramatical e linguístico, é possível refletir a gramaticalização do falante junto à língua. Contudo, o problema não reside na complexidade gramatical do ser na língua, mas sim nas difusões que levam a isolamentos perceptivos, derivados dos funcionamentos da dominação gramatical.

O comparativo trazido exemplifica apenas algumas das diferenças entre as classes gramaticais entre o português e o inglês. Bem como, apontam para diferentes diálogos possíveis acerca da culturalização linguística, feita sobre os aspectos históricos da cognição e linguagem. Estas diferenciações linguísticas, socializadas discursivamente, são “operantes desde o nascimento, intérpretes da ‘ordem simbólica’ laciana, determinantes para a produção de subjetividade” (Butler, 2004, p. 11, tradução nossa), e influenciam, diretamente, no amadurecimento das experiências, mediante os usos da língua.

Nas 7 formas contrapostas entre as línguas portuguesa e a língua inglesa, conforme quadro 1, a língua portuguesa é marcada pela dicotomia de flexões formais da morfologia. Os comparativos de 1-6 do quadro servem para subsidiar a discussão de “binarismos e as velhas relações de poder verticais entre colonizador e colonizado” (Ramos; Cruz, 2012, p. 25), visíveis entre as línguas e as influências das suas diferentes estruturas. Bem como, servem para auxiliar na compreensão dessas diferenças estruturais entre as línguas como “mecanismos de controle dos corpos historicamente subalternizados pelas linguagens” (Lima; Rezende, 2022, p. 20) na contemporaneidade luso-afro-diaspórica.

Assim, é possível o entendimento de como o identificador racial, situado no item 7 do quadro, repercute efeitos do assujeitamento linguístico mais severos aos falantes negros da língua portuguesa. A influência da língua inglesa é de grande peso para os falantes de português brasileiro. O posto de subalternidade linguística afro-brasileira afeta a construção de visões de mundo, moldadas no monolinguismo como prática de superioridade racial e política.

Essa prática e esse pensamento, culturalmente estabelecidos, em detrimento do pensamento local, fortalecem a soberania ocidental europeia, por meio de difusões tardias do conhecimento e falsas dialéticas a respeito dos objetos linguísticos. Pois, a identificação das identidades em diáspora lusófona

está assujeitada pelas condições da própria língua, à qual o histórico é o principal determinante.

A subalternidade linguística das comunidades de falantes da lusofonia afro-brasileira está condicionada à fragilidade de potencialidades em discussões acerca de emancipações e resistências, linguísticas e minoritárias, unificadas. A condição de subalternidade de comunidades linguísticas como a brasileira, expressa passividade, ante as articulações epistemológicas e literárias de nacionalidades situadas em status de superioridade, como os contextos de língua inglesa, por influência dos (re)conhecimentos linguísticos internacionais.

Assim como a estética é parte de uma construção política e revolucionária das marginalidades, em consonância, a gramática ocupa lugar de construção estética. Neste ínterim, na cena cultural regida pela negritude falante da língua inglesa, a unicidade das formas gramaticais (a estética gramatical) contribui para uma luta mais revolucionária e participativa, com menores índices de desigualdades internas aos movimentos emancipatórios das classes étnicas e dissidentes subalternizadas, pois parte de uma rigorosidade política cuja epistemologização é iniciada desde à gramática até seus falantes.

## 2 REFLEXÕES *BLACK*

Na língua portuguesa, os “falantes estão acostumados a depender das pistas de concordância para processar a língua, uma vez que esta possui morfologia visível” (Alves, 2019, p. 89). Apesar da baixa ocorrência de binarismo em flexões gramaticais-semânticas das formas do inglês, isso não implica na inoportunidade de gênero semântico na língua, mas difere-se o impacto que a gramática desempenha sobre o gênero semântico, entre as línguas portuguesa e inglesa, e o peso que os gêneros semânticos têm, contextualmente, atravessados pela racialidade.

As flexões pronominais realizadas, diferentemente, entre as línguas portuguesa e inglesa, exercem ações importantes sobre os seus falantes. Através de formas pronominais e classes formais, ocorrem representações que marcam mais que uma estética morfológica, criando interação entre morfologia e experiência cognitiva aos falantes. As designações estruturais das gramáticas dão sentido aos modos de lidas culturais sobre a discriminação gramatical de racismos linguísticos. A qualificação das classes gramaticais age nas formações de consciência, inclinando apreensões seletivas às políticas raciais locais.

Já vimos até aqui que a língua portuguesa assujeita o falante às prescrições da língua, condicionada ao distanciamento étnico-racial afro-indígena e originário. Quanto ao assujeitamento linguístico, sua ação é generalizada localmente, em virtude da oficialidade da língua portuguesa. Mas não para por aí, esse assujeitamento se desdobra com o pertencimento étnico-racial. Retomando o item 7 do quadro, o evidenciador linguístico inglês da estética negra é responsável por diferentes interpretações acerca da racialidade.

“*Black*”, enquanto evidenciador racial da língua inglesa, foi contestado e atingiu proporções internacionais. Com a chegada do termo “black” à América do Sul, no Brasil, a conjuntura da política por uma estética racial local, foi influenciada pelo dialogismo das discursividades postas na língua. O reconhecimento da expressão *Black Power*, no contexto brasileiro, denota a repercussão da contestação ancestral proveniente da língua inglesa, enquanto líder em ações políticas linguísticas.

A reflexão acerca da representatividade negra, de um movimento afirmativo da totalidade da experiência negra chega ao Brasil, como de exclusividade estética. Essa fragmentação, da tradução do renascimento cultural negro à uma redução estética capilar, está ligada também aos formalismos tradicionais e aos atravessamentos desses formalismos entre as línguas. Na

estrutura gramatical da língua inglesa, “black” refere-se, indistintamente, a homens e a mulheres.

Diferentemente, no caso da língua portuguesa, a ideia de unidade política negra é atravessada pela fragmentação da “ideologia linguística” (Lopes; Fabrício, 2020, p. 373) da morfologia da língua portuguesa. A fragmentariedade do conhecimento é uma “armadilha antirrevolucionária” (Asad, 2019, p. 12) que age como ferramenta do assujeitamento de falantes luso-afro-diaspóricos.

A armadilha da fragmentariedade age sobre as identidades, localmente, por exemplo, por meio da falta de acuidade no reconhecimento dos grupos étnicos indígenas enquanto população negra originária. Essa visão do negro enquanto estrangeiro, o africano, também fortalece o cenário de fragilidade das identidades brasileiras, quanto a uma visão etnicamente politizada acerca da linguagem e do pertencimento étnico na linguagem.

Essa sociedade, deslocada e distante dos seus pertencimentos étnicos originários, é fruto do conhecimento que chega a essa sociedade da mesma forma que essa sociedade chega ao amadurecimento da resistência racial local, fragmentado. Identidades fragmentadas, portanto, são identidades mais suscetíveis ao conhecimento fragmentado, e ao assujeitamento linguístico.

Assim, a fragmentação do conhecimento, como constatada na tradução da contestação do renascimento cultural negro, marcado pela luta *Black Power*, é construída pela noção de assujeitamento à gramática da língua portuguesa, em prol do enfraquecimento da luta racial brasileira, indicando o racismo como base da língua portuguesa. Neste ínterim, os indicadores linguísticos da racialidade em português são, expressivamente, reduzidos por compreensões que competem a informações formais de classes morfológicas da língua portuguesa.

O racismo linguístico na linguística brasileira começa com as noções mais básicas das bases linguísticas da língua portuguesa, situadas no tempo. Além dos indicadores de racialidade na língua, os próprios marcadores de gênero

semântico da língua portuguesa sofreram o atravessamento étnico-racial com o contato dissidente, submetido em processos civilizatórios da humanidade. Discutir as classes formais do português brasileiro, sem a consideração do aspecto étnico e de gênero, reflete uma postura linguística despolitizada.

Diante dos processos civilizatórios da colonização, não é possível uma análise crítica da construção da língua portuguesa nos países da lusofonia sem a consideração dos atravessamentos da língua como imposição social e racial. Neste ínterim, a integração discursiva da dissidência é levantada, considerando-a em relação à superioridade da linguística, e também a superioridade de outras línguas ante ao idioma, ranqueado politicamente.

A civilização linguística da população brasileira, frente à colonização portuguesa, implicou no registro de nomeações inopinadas aos seus colonizados, em (i): sua origem, em redesignações morfológicas de nomes próprios e das classes formais na língua e (ii): na contemporaneidade, pois dificilmente a estrutura morfológica das línguas é investigada como evidenciadora de raízes de racismos linguísticos. Porém, o atravessamento colonial trouxe com a implementação da língua portuguesa nos países lusófonos, impressões que são, inevitavelmente, étnico-raciais.

Foi por meio, primeiro, do contato com os identificadores linguísticos de racialidade que as concepções binárias de gênero chegaram, em segunda mão, às pessoas de cor. Portanto, a compreensão de gênero semântico, marcado nas formas tradicionais da língua portuguesa em classe formal I [masc.] e classe formal II [fem.], na referência às pessoas de cor, também está atravessada pela precedência da racialidade. No português brasileiro então, a inevitabilidade do gênero semântico nas classes formais, implica também na inevitabilidade étnica, para pessoas de cor.

Os identificadores linguísticos de racialidade da língua portuguesa (negra/negro, preta/preto, parda/pardo etc.), em sua introdução à língua

portuguesa, não foram apenas formas estabelecidas dentro de um funcionalismo gramatical, essas designações formaram práticas discursivas entre as sociedades lusófonas no período escravagista. Esses identificadores serviam como marcadores de gênero humano, igualmente ao masculino e o feminino eram, inicialmente, para os colonos.

No livro *Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, de Freyre (1990), as afirmações feitas nos parágrafos acima se confirmam. A partir dos anúncios reunidos na obra, é possível identificar que designação das pessoas escravizadas, com o intuito de comercializá-las são “escrava cor de formiga”; “parda”; “mulato” “pardo escuro”; “negro”; “mulata”; “preto”; (Freyre, 1990, p. 71-73). Nos arquivos documentados no livro, a ampla maioria das menções feitas às pessoas escravizadas, as reconheciam por indicadores de racialidade, com salvas raras menções de gênero, curiosamente, presentes nos anúncios.

Apenas um dos anúncios menciona a venda de escravizados de “ambos os sexos” (Freyre, 1990, p. 72). Enquanto em anúncios individuais, são citados apenas os indicadores de racialidade, junto a outras características, a ideia implícita de generificação dos indicadores de racialidade, ao se pensar “negras” e “negros”, soa desconfortável à suposição de aproximação entre os modos de narrar as experiências negras e colonas em período colonial.

A designação “ambos os sexos” não é usada baseada em noções de experiências de gênero, mas sim na exclusividade funcional, de onde vem o interesse na imposição biológica do sexo. A designação “ambos os sexos” do anúncio, portanto, não implica no reconhecimento de homens e mulheres, mas sim na comercialização do corpo através da noção de sexo biológico, ou seja, na funcionalização biológica escravagista.

Com a adesão gramatical formal da língua portuguesa após a libertação da escravatura, as formas de tratamento e designações a pertencentes de grupos étnicos, integradas às estruturadas classes formais da língua em designações de

masculino e feminino, estão historicamente sob a filtragem dos indicadores de racialidade. O surgimento da unicidade popular nas formas de tratamento pós-abolição, ajudaria em uma ideia de democracia racial, respaldada linguisticamente. Quando na verdade, a ideia de unicidade implementada, como vimos, contribui para o enfraquecimento da luta brasileira pela igualdade racial.

### 3 O ÉTIMO-EMPIRISMO ETNOLINGUÍSTICO

A busca por relacionar as diferenças gramaticais na língua portuguesa, para apresentar diferentes perspectivas ao pertencimento racial e abordagens acerca da ancestralidade étnico-linguística brasileira, diz respeito a um posicionamento da “transmodernidade decolonial” (Nascimento, 2023, p. 84), linguisticamente aplicada, no percalço de evidenciar a história das línguas, para além do endocentrismo da lógica linguística estrutural, prefigurada milenarmente, sob o apagamento dos contextos étnicos e suas repercussões nas línguas.

No decorrer das discussões realizadas neste estudo, a perceptividade da língua se apresentou um elemento chave para a realização de um movimento afirmativo da identidade negra, dialogada na língua. Refletir a língua, nos termos da colonização e do assujeitamento linguístico, é um desafio que se torna possível através da “descolonização do pensamento” (Oliveira, 2017, p. 02), e agudeza da perceptividade quanto aos usos padrões da língua.

Descolonizar o pensamento, nos aspectos da percepção da linguagem, dialogicamente, introduzida na sociedade, portanto, exige a aplicação de “traducción multicódigo” (Preciado, 2019, p. 40) etnolinguística. Essa tradução multicódigo da etnolinguística é realizada por meio de reconhecimentos da língua, nos quais a identificação das prefigurações das identidades imbricadas no assujeitamento linguístico dialogam com a experiência dissidente étnica e de gênero.



A tradução multicódigo apresentada no trato das questões discutidas ao longo deste estudo, por fim, indicam que o racismo linguístico tem base na língua portuguesa e ocorre através do contágio étimo-empírico abordado nesse desenvolvimento, responsável pela força dialógica de reprodutibilidades linguísticas. Nesta definição, o pensamento cultural é o principal agente na elaboração de ações técnicas e políticas de subjetivação. Alocando-se e transformando-se, enquanto elemento condicionante de funcionamentos importantes do raciocínio, da memória e da percepção humana e dos exercícios normativos de inserções seletivas de linguísticas, em práticas gramaticais locais.

O étimo-empirismo, portanto, atua diretamente na construção de perceptividade dos falantes, imersos na linguagem, interculturalmente e internacionalmente interconectada. De modo em que, trata-se então, de um (re)conhecimento espontâneo da estética e performance da língua, como marcadora da experiência e do controle da experiência subjetiva. O étimo-empirismo refere-se à suscitação de uma informação que além de gramatical, está presente em uma narrativa histórica da linguagem e da experiência.

Presente, etnolinguisticamente, no recorte de sentidos empíricos e na orientação de evidenciadores gramaticais de gênero e racialidade, o étimo-empirismo também é uma ferramenta de emancipação teórico-política das identidades contra os exercícios de poder e controle da linguagem perante as experiências.

A experiência transmoderna decolonial, em diálogo com o étimo-empirismo, mostra-se uma reflexão do sujeito quanto aos poderes coloniais, enquanto processo simultâneo da sujeição e na ação à sujeição, em que “sem a intervenção do poder não se torna possível a emergência do sujeito, mas que sua emergência leva à dis-simulação deste poder” (Butler apud Furlin, 2010, p. 397).

## CONCLUSÕES

As discussões realizadas aqui são uma contestação teórica dos estudos da linguagem dialogados com a experiência negra. Por certo, essas foram discussões introdutórias que não esgotam a imensidade de questões relativas à linguagem e raça que ainda precisam ser discutidas. Cientes de que a percepção da língua transfigura os contextos sociais, partir da variedade perceptiva como perspectiva, no entanto, é urgente para o reposicionamento político da população negra brasileira.

O assujeitamento linguístico e as reflexões do racismo linguístico de base da língua portuguesa são importantes para a compreensão da situação da política de negritude brasileira e sua fragmentariedade. A fragmentariedade da luta negra se associa tanto às influências de base linguística, quanto às influências de base identitárias, também orientadas pela linguística, em formas de divisões estruturais, conceituais e culturais. Por esse motivo, um posicionamento étnico quanto às estruturas da linguística brasileira, é de extrema importância para a luta racial brasileira.

O saber do empirismo subjacente à dissidência é um fio condutor para uma revolução linguística. Refletir o étimo-empirismo na formação de consciência e pensamento, no atravessamento de uma linguagem adquirida, apresenta uma nova alternativa de construir perceptividade na língua. Nessa perspectiva, a valorização da experiência é central para o entendimento de dinâmicas linguísticas, nas quais as experiências são dialogadas.

O espaço teórico é um espaço de contestação e, se posicionar etnicamente na construção da linguagem, portanto, orienta novos modos de construir a linguagem, e de estar presente nela. O crescimento de discussões sobre o pertencimento racial atrelado à linguagem, sobre o racismo linguístico e etnolinguagem, permite que novos horizontes sejam pensados, para a reversão

da precariedade social influenciada pela linguagem, fortemente vivenciada pela dissidência diaspórica.

## REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Cíntia. As classes formais do português brasileiro. **Letras de hoje**, v. 45, n. 1, 2010. Disponível em: [\[https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/6852\]](https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/6852). Acesso em: 10/02/2023.

ALVES, Michele. As diferenças entre gênero gramatical e gênero semântico na recuperação de antecedentes pronominais em português brasileiro. **Diacrítica**, v. 33, n. 2, 2019. Disponível em: [\[https://revistas.uminho.pt/index.php/diacritica/article/view/5056\]](https://revistas.uminho.pt/index.php/diacritica/article/view/5056). Acesso em: 11/01/2023.

ASAD, Haider. **Armadilhas da identidade**: raça e classe nos dias de hoje. Tradução por Leo Vinicius Liberato. 1. ed. São Paulo: Veneta, 2019.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Tradução por Rogério Bettoni. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

\_\_\_\_\_. **Language, poder e identidad**. Trad. Javier Sáez e Beatriz Preciado. Madri: Editorial Síntesis, 2004.

\_\_\_\_\_. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução por Renato Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Danniell. As genitálias da gramática. **Revista da ABRALIN**, v. 19, n. 1, 2020. Disponível em: [\[https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1693\]](https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1693). Acesso em: 11/01/2023.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREYRE, Gilberto. **O Escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. 2. ed. São Paulo, Nacional, 1979. v. 370. (Brasiliana).

FURLIN, Neiva. Sujeito e agência no pensamento de Judith Butler: contribuições para a teoria social. **Sociedade e Cultura**, 16, n. 2, 2014. Disponível em: [\[https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/32198\]](https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/32198). Acesso em: 12/04/2023.

GARCEZ, Pedro; JUNG, Neiva. Mercantilização da linguagem no capitalismo recente: diversidades e mobilidades. **Trabalhos em linguística aplicada**, v. 60, n. 2, 2021. Disponível em: [\[https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8666196\]](https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8666196). Acesso em: 31/03/2023.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Trad. William Oliveira e Daniel Miranda. Rio de Janeiro: Apicuri, 2016.

ILARI, Rodolfo. **Linguística Românica**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1999.

LIMA, Hildomar & REZENDE, Tânia. Políticas e planejamento oficiais de manutenção da ideologia linguística colonial do déficit. **Working Papers em Linguística**. Florianópolis, v. 23, n. 2, 2022. Disponível em: [\[https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/84182\]](https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/84182). Acesso em: 22/03/2023.

LOPES, Luiz; FABRÍCIO, Branca. Por uma linguística responsiva às teorizações queer. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 21, n. 2, 2020. Disponível em: [\[https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/35701/28604\]](https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/35701/28604). Acesso em: 24/03/2023.

OLIVEIRA, Érika. Histórias para descolonizar o Pensamento. **Psicologia & sociedade**, v. 29, 2017. Disponível em: [\[https://www.scielo.br/j/psoc/a/mTtZkjShOh\]krgg6CMPfxKn/?format=pdf&lang=pt\]](https://www.scielo.br/j/psoc/a/mTtZkjShOh]krgg6CMPfxKn/?format=pdf&lang=pt). Acesso em: 20/03/2023.

PARK, Joseph. **In Pursuit of English: Language and Subjectivity in Neoliberal South Korea**. Oxford: Oxford University Press, 2021.

PRECIADO, Paul. **Un Apartamento em Urano: Crônicas del cruce**. Barcelona: Editora Anagrama, 2019.

RAMOS, Dernival; CRUZ, Edna. Língua, poder e identidade em Ngugi wa Thiong'o e Kanavillil Rajagopalan. **Linha d'água**. São Paulo, v. 25, n. 1, 2012. Disponível em: [\[https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/37375\]](https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/37375). Acesso em: 27/03/2023.

RESENDE, Viviane; RAMALHO, Viviane. Análise de Discurso Crítica, do modelo tridimensional à articulação entre as práticas: implicações teórico metodológicas. **Linguagem em (dis)curso**, v. 5, n. 1, 2004. Disponível em: [\[https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Linguagem\\_Discurso/article/view/307\]](https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/307). Acesso em: 20/02/2023.

NASCIMENTO, Gabriel. A linguagem como zona do não-ser na vida de pessoas negras no sul global. **Gragoatá**, v. 28, n. 60, 2023. Disponível em: [\[https://doi.org/10.22409/gragoata.v28i60.53299\]](https://doi.org/10.22409/gragoata.v28i60.53299). Acesso em: 04/05/2023.

\_\_\_\_\_. O negro-tema na Linguística: rumo a uma descolonização do racismo e do culturalismo racialista nos estudos da linguagem. **Polifonia**, v. 27, n. 46, 2020. Disponível em: [<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/9560>]. Acesso em: 04/05/2023.

\_\_\_\_\_. *Racismo linguístico*: os subterrâneos da linguagem e do racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

SAUSSURE. Ferdinand. **Curso de linguística geral**. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 26. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

TAPAJÓS, Ayla; CASTRO, Fábio. Indígenas se mobilizam contra o marco temporal em diversas partes do país. **WWF**. [SI], 2023. Disponível em: [<https://www.wwf.org.br/?86081/Indigenas-se-mobilizam-contr-o-marco-temporal-em-diversas-partes-do-pais#:~:text=Ind%C3%ADgenas%20se%20mobilizam%20contra%20o,partes%20do%20pa%C3%ADs%20%7C%20WWF%20Brasil&text=As%20organiza%C3%A7%C3%B5es%20ind%C3%ADgenas%20preparam%20uma,%C3%A0%20demarca%C3%A7%C3%A3o%20de%20suas%20terras>]. Acesso em: 04/06/2023.

Nota do editor:

Artigo submetido para avaliação em: 31 de julho de 2023.

Aprovado em sistema duplo cego em: 02 de setembro de 2023.